

# ESCOLA INCLUSIVA: POR UMA EDUCAÇÃO PARA TODAS AS PESSOAS

Valdeci Gabrecht<sup>1</sup>

*“As escolas que são gaiolas existem para que os pássaros desaprendam a arte do voo, pássaros engaiolados são pássaros sob controle; escolas que são asas amam os pássaros em voo, elas existem para dar aos pássaros coragem para voar; o voo não pode ser ensinado, só pode ser encorajado”.*

*Rubem Alves*

**Resumo:** O presente artigo busca fazer uma discussão a respeito de um dos grandes desafios no mundo contemporâneo, a educação inclusiva, uma educação de qualidade para todos, sem exclusão. Inicialmente, faz uma pequena abordagem histórica do processo de inclusão, para que se possa compreender a grande necessidade de refletirmos sobre o tema, uma vez que a exclusão gera injustiça, segregação e desigualdade. Em seguida, aborda uma conceituação do que significa incluir numa perspectiva educacional. Por último, faz uma reflexão da necessidade de transformação das escolas, onde são abordados os principais desafios enfrentados na atualidade, na finalidade de alcançarmos uma educação inclusiva e de qualidade que, de fato, seja para todos, sem distinção. O artigo é resultado de pesquisas, leituras e reflexões acerca do tema, no qual foi levado em consideração trabalhos de grandes teóricos e pesquisadores da área, o que permitiu discutir sobre a temática da inclusão numa perspectiva do trabalho escolar dos diferentes profissionais envolvidos diretamente no processo ensino-aprendizado que, conseqüentemente, abrange a esfera social.

**Palavras-chave:** Educação especial; inclusão; formação docente; psicopedagogia.

## 1 INTRODUÇÃO

Levando em consideração o processo histórico da educação, percebemos que, desde muito tempo, os debates que envolvem o processo educativo estão sempre ligados a uma educação inclusiva e de qualidade. Sabemos que o desafio é muito grande para os profissionais da área, uma vez que vivemos em uma sociedade com muitas diferenças sociais, econômicas, culturais e cognitivas. E,

---

<sup>1</sup> Graduado em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade de Uberaba – UNIUBE, especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica pelo Instituto Brasil de Ensino – iBRA.

portanto, para garantir uma educação de qualidade e inclusiva, também é necessário escolas bem estruturadas e profissionais qualificados, responsáveis e conhecedores da atualidade.

Vivemos num mundo globalizado, em que a sociedade é caracterizada, de modo geral, por constantes modificações (tecnológicas, econômicas, educacionais, etc.). Portanto, no campo educacional, também são notáveis as modificações ocorridas nos fundamentos epistemológicos, como também nos princípios pedagógicos que, certamente, implicam em novas formas de ensinar, aprender, conviver e de fazer a educação, sujeitando os alunos, professores e profissionais da educação, pais e sociedade em geral a novos papéis frente ao processo educativo.

Desta forma, com o presente artigo, pretende-se discutir e ampliar o conhecimento acerca de um dos grandes desafios no mundo contemporâneo, a educação inclusiva, uma educação de qualidade para todos, sem exclusão. A educação inclusiva no Brasil enfrenta vários desafios, que precisam ser respondidos por todos os profissionais da educação, juntamente com toda a sociedade dia após dia.

A discussão da temática se faz necessária, visto que é uma realidade vivida, o que pode ser notado por um longo período histórico persistindo até nos dias atuais. Desse modo, a educação inclusiva e de qualidade não pode ser entendida como um simples paradigma social, mas como uma situação que demanda uma atenção especial, visando a modificar a realidade, formando uma sociedade mais justa e igualitária.

Por essa razão, o presente artigo abordará um pequeno histórico do processo de inclusão, para que se possa compreender a grande necessidade de refletirmos sobre o tema, uma vez que a exclusão gera injustiça, segregação e desigualdade. Em seguida, abordará uma conceituação do que significa incluir numa perspectiva educacional. E ainda, por último, a necessidade de transformação das escolas, onde serão abordados os principais desafios enfrentados na atualidade, na finalidade de alcançarmos uma educação inclusiva, de qualidade, que de fato seja para todos, sem distinção.

Esse artigo é resultado de pesquisas, leituras e reflexões acerca do tema, no

qual foi levado em consideração trabalhos de grandes teóricos e pesquisadores da área, o que permitiu discutir sobre a temática da inclusão numa perspectiva do trabalho escolar, que conseqüentemente abrange o social.

## **2 UM BREVE HISTÓRICO DA INCLUSÃO**

Em análise do processo histórico-cultural das relações sociais, principalmente o que se refere à exclusão, percebe-se que as pessoas com deficiências, sempre foram consideradas fora dos padrões tidos como normais, julgadas como “diferentes”, sofrendo com isso a dor da rejeição e do abandono social.

Essa exclusão se faz presente no meio social desde a antiguidade. De acordo com os relatos de Corrêa (2010), as divergências eram costumeiras no que se refere ao modo de tratar os deficientes. Em alguns lugares elas eram mortas, em outros eram consideradas “possuídas por demônios”, de modo que as crianças com deficiência eram eliminadas, abandonadas, pois se acreditava que esse fato seria fruto de uma resposta demoníaca, um castigo merecido aos pais, segundo os princípios religiosos da Igreja.

No Brasil, o descaso, abandono e rejeição das pessoas com deficiência ainda é visto atualmente na sociedade, principalmente em se tratando de inclusão e garantia de direitos à convivência entre as pessoas. Desta forma, em uma análise histórica, Mazzota (1996) diz que o tema Educação Especial no âmbito brasileiro é marcado por quatro etapas/períodos:

Até o ano de 1854, as instituições filantrópicas e/ou religiosas é que tinham o principal dever de receber a todas as pessoas com deficiência de qualquer natureza, desde físicas e mentais até sensoriais, uma vez que esses eram excluídos do meio social e familiar. Excluídas, eram privadas de qualquer atendimento que as tornassem pessoas produtivas. (Mazzota, 1996)

Na iniciativa de atendimento clínico, é que surge vagarosamente nos anos de 1854 e 1856, escolas especiais privadas. Grande passo que levou a sociedade a compreender que os deficientes também possuem capacidades produtivas. Toda pessoa é capaz de aprender, desde que são respeitadas suas limitações. Inicia-se, então, uma visão também voltada para o processo educativo nesse atendimento aos

deficientes, não mais somente clínico. (Mazzota, 1996)

No período de 1957 a 1993, surgem ações e propostas nacionais oficiais, onde a educação especial é posta como modalidade de ensino. O principal objetivo desta modalidade de educação era garantir aos deficientes o acesso à educação formal, visando, com isso, desenvolver a socialização e suas potencialidades, além de promover o contato com a sociedade. (Mazzota, 1996)

Logo, pode-se notar que no Brasil, até a década de 50, os estudos e as teorias educativas, bem como as práticas pedagógicas, não tratavam da Educação Especial. Utilizava-se, portanto, o termo educação de deficientes. O Termo Educação Especial passa a ser utilizado e intensificado com mais frequência nos estudos referentes ao processo educativo e social, a partir do final do século XX e início do século XXI, período esse marcado por transformações, crises, mudanças e reformulações. (Mazzota, 1996)

Somente em 1994 é que, definitivamente, o termo educação especial foi substituído por educação inclusiva. Fato esse que se deu pela participação do Brasil na Conferência Mundial Sobre Educação em 1990, que ocorreu na Tailândia, onde foram estabelecidos os primeiros experimentos de políticas públicas referentes à educação inclusiva. A substituição do termo deu-se ainda, devido à declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), pois o termo necessidades educativas especiais foi ampliado, defendendo, portanto, uma “Educação para Todos”. (Mazzota, 1996)

Portanto, percebemos que, cada vez mais, o desejo de uma educação inclusiva vai se concretizando, ainda que lentamente. A educação inclusiva, escola para todos, precisa se fundamentar na garantia e defesa de princípios éticos, na busca por ideais de justiça e cidadania, numa perspectiva que seja, de fato, para todos, mesmo diante de um sistema hierárquico no qual vivemos, que caracteriza uma parcela da sociedade como inferior, levando à desigualdade. Diante disto, SASSAKI (1997, p.41) afirma que “inclusão é um processo no qual todas as pessoas da sociedade devem se adaptar para poderem incluir nos sistemas sociais, de forma geral, pessoas com necessidades especiais, e ao mesmo tempo, essas devem se preparar para assumirem suas tarefas no meio social”.

### 3 CONCEITO DE INCLUSÃO NO CONTEXTO ESCOLAR

E o que é, na verdade, a inclusão no contexto escolar? Certamente ao analisarmos o processo histórico da inclusão escolar, percebemos que ainda é um grande desafio a garantia de uma efetiva educação para todos, isso sem pensar nos aspectos que se referem à qualidade. Lembrando que a qualidade no processo educativo não pode ser desassociada, porquanto somente por meio de uma educação que seja de fato de qualidade é que será possível formarmos uma sociedade futura mais justa e igualitária.

Mantoan (2003) destaca que “Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças”. Isso significa que em um contexto escolar que preza por uma educação inclusiva, com o anseio de uma sociedade sem exclusão, deve acolher todas as pessoas, sem distinção. Pois, por meio da nossa capacidade de reconhecer e integrar-nos com o outro, é-nos permitido o convívio e o compartilhamento de ideias, conhecimentos e aprendizagens com pessoas diferentes de nós. Desta forma, a educação inclusiva faz com que a escola seja um lugar de educação formal para os alunos com problemas físicos ou mentais, para alunos que possuem superdotação, para crianças em situação de vulnerabilidade social, para a classe mais rica da sociedade, enfim, para todos que participam deste processo educativo.

De acordo com Mills (1999, p. 25), a educação inclusiva se define com o princípio “[...] de que todos devem aprender juntos, sempre que possível, levando-se em consideração suas dificuldades e diferenças”. E, na certeza da garantia de acesso à educação para todos, o Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/90, em seu artigo 55, deixa determinado que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”. Essa obrigação deixa claro o direito de todos pela educação, sem considerar as múltiplas diferenças sociais.

Segundo Mantoan “Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças”, e ainda, a palavra Incluir vem do Latim *includere*. Essa expressão significa compreender, abranger; conter em si, envolver, implicar; inserir, intercalar, introduzir, fazer parte; permanecer e/ou juntar-se ao outro. (Mantoan, 2003)

Percebemos que em nenhuma das definições apresentadas, o termo

inclusão implica em ser parecido, igual ou semelhante. Ainda vivemos em uma sociedade que traz consigo as marcas da exclusão, as quais, ainda nos dias atuais, levam a atitudes de discriminação. Vivemos em uma sociedade na qual existem múltiplas diferenças, mas não podemos viver e demonstrá-las. De acordo com a Revista da Educação Especial, do Ministério da Educação, em uma de suas versões do ano de 2010, ao abordar o assunto, diz que:

A partir de meados do século XX com a intensificação dos movimentos sociais de luta contra todas as formas de discriminação que impedem o exercício da cidadania das pessoas com deficiência surge a nível mundial o desafio de uma sociedade inclusiva (INCLUSÃO – REVISTA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2010, p. 20).

Diante deste desafio, em se tratando no processo educativo, como, de fato, se deve proceder para promover a inclusão? Demo (2006) afirma que a garantia de uma educação de qualidade necessita de uma formação conceitual e técnica dos professores. Segundo ele, para se garantir uma melhora na qualidade de aprendizado dos alunos, há que se promover a aprendizagem dos professores. Hoffmann (2001) destaca ainda que as questões que estão ligadas às várias dificuldades encontradas no processo de aprendizagem não são de responsabilidade direta das famílias, mas dos profissionais que atuam nas escolas.

Tanto Demo (2006) quanto Hoffmann (2001), dão destaque e total importância aos profissionais da educação no que se refere a uma educação de qualidade. Nesta perspectiva, em situações de alunos com habilidades reduzidas ou crianças com necessidades especiais múltiplas, podemos destacar a atuação do psicopedagogo, que tem por objetivo desenvolver projetos favoráveis às mudanças educacionais, com a intenção de desenvolver as capacidades das crianças, buscando levá-las a olhar e interpretar o mundo em que vivem, bem como torná-las capazes de interferir neste mundo, com segurança e competência, a fim de modificá-lo.

Porém, de acordo com o que nos afirma Chalita (2001), por melhor que possa ser a escola, por mais que os professores tenham uma ótima formação, nem a escola e nem os profissionais da escola são capazes o suficiente de suprir a carência causada pela ausência familiar no processo ensino-aprendizagem.

Desta forma, não podemos esperar “salvamento externo” e perder tempo buscando os responsáveis pela educação de qualidade e inclusiva, tendo em vista a urgência desse avanço. Porém, cabe às próprias instituições redefinirem o contexto em que vivem, buscando envolvimento dos diferentes profissionais que atuam diretamente no processo ensino-aprendizado, os demais profissionais da escola e toda a comunidade escolar em diálogos e reflexões, no sentido de superarmos a exclusão que ainda está atrelada à sociedade contemporânea.

#### **4 ESCOLA INCLUSIVA: EDUCAÇÃO PARA TODOS**

Para que a inclusão seja uma realidade na sociedade contemporânea, faz-se necessária a reformulação de diferentes conceitos impregnados no meio social, bem como um quebra de paradigmas e uma busca por novas práticas pedagógicas. Observa-se que a concretização da educação inclusiva é um desafio muito grande, o qual implica em mudanças na concepção de homem, de educação, de escola que estão enraizadas histórica e culturalmente na sociedade. Promover essas mudanças não é uma tarefa fácil, ainda mais em se tratando de pessoas que, no percorrer da história, viveram e vivem situações em que são marginalizadas, excluídas e injustiçadas pela sociedade.

De acordo com Karl Marx (1852), “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”. Somos seres capazes de inventar e reinventar, de criar e recriar, de analisar o passado, modificar o futuro e construir a nossa própria história. Mas ainda de acordo com Karl Marx (1852), a ação humana, de alguma forma, fica atrelada ao passado, aos ensinamentos, experiências, conceitos e concepções adquiridas com o tempo. E isso, certamente, também pode ser notado quando se fala em uma nova educação, uma educação que até pouco tempo era para poucos e agora se torna para todos.

Desta forma, o processo de inclusão escolar, no sentido de ofertar educação de qualidade para todos, se constituirá por meio de uma revolução educacional, a qual é de fundamental importância na perspectiva de alcançarmos a inclusão social. Logo, percebemos que isso de fato é uma tarefa difícil, um trabalho árduo. Algo que envolve vários aspectos, não somente a escola, mas toda a sociedade, uma vez que a sociedade necessita e se forma por meio do processo educativo. Diante do

exposto, as pessoas precisam se unir, para formar uma sociedade cada vez mais justa com igualdade para todos.

Segundo Minetto (2008):

A estabilidade é algo que buscamos frequentemente, pois ela nos dá segurança. Quanto mais conhecemos determinado fato ou assunto, mais nos sentimos seguros diante dele. O novo gera insegurança e instabilidade, exigindo reorganização, mudança. É comum sermos resistentes ao que nos desestabiliza. Sem dúvida, as ideias inclusivas causam muita desestabilidade e resistência (MINETTO, 2008, p. 17).

Mas, diante do novo mundo que vivemos, com tantos avanços tecnológicos, descobertas científicas, transformações políticas, econômicas e sociais, precisamos contextualizar, com essa realidade, as nossas escolas e o processo formal de educação. Para isso, precisamos lutar contra a nossa resistência ao novo, ao diferente, para construirmos uma nova escola, e esse “transformar a escola significa, portanto, criar as condições para que todos os alunos possam atuar efetivamente nesse espaço educativo, focando nas dificuldades do processo de construção para o ambiente escolar e não para as características particulares dos alunos” (INCLUSÃO – REVISTA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2010, p. 34).

Isso nos mostra claramente que todas as crianças precisam da escola. Todo ser humano em processo de desenvolvimento necessita do processo de educação formal. E para isso, precisamos ter escolas que ensinem, juntem, misturem, integrem, precisamos de escola que incluam, e não que segreguem em classes específicas com atendimentos à parte.

Bezzerra Neto(1999), explica que:

A escola deve ter como objetivo principal formar pessoas que sejam sujeitos, com capacidade e consciência organizativa, capaz de construir uma nova forma de conviver, de trabalhar, de festejar as pequenas e grandes vitórias dos trabalhadores, devendo também estimular a livre expressão de ideias e sentimentos, com firmeza na luta em defesa dos trabalhadores e ternura no relacionamento com as outras pessoas. A escola deve ser o lugar de cultivar a alegria coletiva e de revolucionar a vida por inteiro (BEZZERRA NETO, 1999, p. 81).

Esse autor deixa claro o papel da escola, a função primordial de revolucionar a vida por inteiro. Na transformação resultante desta revolução, também se inclui a convivência social. Logo, fica evidente que a “nova escola” formará uma nova sociedade mais justa e com direitos iguais para todos, sem exclusão. Na verdade, o

que parece uma grande utopia, pode tornar-se realidade.

Tendo em vista o exposto, percebemos quão importante é a educação no processo de desenvolvimento pessoal e social da humanidade. Mas, como já dito antes, mesmo diante desta imensa importância, existem inúmeros desafios para que essa utópica educação de qualidade para todos, sem nenhum tipo de distinção, se torne realidade. Precisamos identificar esses desafios e reconhecer que vivemos em uma sociedade excludente e que precisa mudar.

Mantoan (2005), afirma que:

A escola brasileira é marcada pelo fracasso e pela evasão de uma parte significativa de seus alunos, que são marginalizados pelo insucesso, por privações constantes e pela baixa autoestima resultante da exclusão escolar e da social – alunos que são vítimas de seus pais, de seus professores e, sobretudo, das condições de pobreza em que vivem, em todos os seus sentidos (MANTOAN, 2005, p. 27).

Dentre os muitos desafios, temos a garantia de uma escola bem estruturada, que vai contra essa “privação constante e pela baixa autoestima” dos alunos em frequentarem diariamente a escola. Além do mais, uma maioria esmagadora de professores possui práticas pedagógicas que não permite a inclusão e, muitas vezes, descontextualizadas com a realidade dos alunos, o que desestimula ainda mais, levando ao crescimento, cada vez maior, do número de evasão, gerando o fracasso escolar.

Conforme Mendes (2012), precisamos compreender que:

Além de ser um direito, a Educação inclusiva é uma resposta inteligente às demandas do mundo contemporâneo. Incentiva uma pedagogia não homogeneizadora e desenvolve competências interpessoais. A sala de aula deveria espelhar a diversidade humana, não escondê-la. Claro que isso gera novas tensões e conflitos, mas também estimula as habilidades morais para a convivência democrática. O resultado final, desfocado pela miopia de alguns, é uma Educação melhor para todos. (MENDES, 2012).

Mendes (2012), ao destacar que precisamos incentivar uma pedagogia não homogeneizadora, bem como se referir à sala de aula como ambiente de desenvolvimento educacional, dando a importância para a diversidade humana, percebemos outro desafio para a educação inclusiva, a falta de formação dos profissionais da educação. Nesse caso, não só tratando dos professores, mas de toda e qualquer pessoa envolvida no trabalho da instituição.

Podemos ainda elencar muitos outros desafios diante desta tão sonhada educação inclusiva. Entre eles, uma participação efetiva dos pais e demais pessoas da comunidade escolar; a reformulação/revisão curricular na perspectiva de garantir uma educação igualitária a todos os alunos, levando em consideração as peculiaridades individuais; uma atuação responsável, competente e democrática da equipe gestora; melhoramento da estrutura física das instituições a fim de garantir o acesso a todas as pessoas; equipar as escolas com ferramentas que auxiliam a prática docente com alunos que possuem necessidades físicas, motoras, cognitivas, dificuldades de aprendizagem ou alunos superdotados; entre várias outras dificuldades.

Isso nos faz refletir sobre a necessidade de uma transformação da educação, principalmente por se tratar do ensino regular, a fim de garantir efetivamente uma participação das pessoas em sua totalidade. Mittler (2001) afirma que “a escola inclusiva só começa com uma radical reforma da escola, com a mudança do sistema existente e repensando-se inteiramente o currículo para alcançar as necessidades de todas as crianças”. Já Mantoan (1998), explica que a verdadeira transformação da escola deve acontecer:

[...] de tal modo que o aluno tenha a oportunidade de aprender, mas na condição de que sejam respeitados as suas peculiaridades, necessidades e interesses, a sua autonomia intelectual, o ritmo e suas condições de assimilação dos conteúdos curriculares (MANTOAN, 1998, p. 3).

Isso mostra bem que não basta garantirmos a todas as pessoas apenas o acesso à educação, uma vez que, na expressão “educação de qualidade para todos”, fica nítido que além do acesso, precisamos atender todas as crianças, considerando a necessidade de cada uma, mas na perspectiva de proporcionar o seu desenvolvimento pleno. Isso sim é educação de qualidade. Educação de qualidade precisa:

Desenvolver culturas, políticas e práticas inclusivas, marcadas pela responsabilidade e acolhimento que oferece a todos os que participam do processo educacional escolar; - promover todas as condições que permitam responder às necessidades educacionais especiais para a aprendizagem de todos os alunos de sua comunidade; - criar espaços dialógicos entre os professores para que, semanalmente, possam reunir-se como grupos de estudo e de troca de experiências; - criar vínculos mais estreitos com as famílias, levando-as a participarem dos processos decisórios em relação à instituição e a seus filhos e filhas; - estabelecer parcerias com a comunidade sem intenção de usufruto de beneficiar apenas e sim para conquistar a cumplicidade de seus membros, em relação às finalidades e

objetivos educativos; -acolher todos os alunos, oferecendo-lhes as condições de aprender e participar; - operacionalizar os quatro pilares estabelecidos pela UNESCO para a educação deste milênio: aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a viver junto e aprender a ser, tendo em conta que o verbo é aprender; - respeitar as diferenças individuais e o multiculturalismo entendendo que a diversidade é uma riqueza e que o aluno é o melhor recurso de que o professor dispõe em qualquer cenário de aprendizagem; - valorizar o trabalho educacional escolar na diversidade (CARVALHO, 2004, p. 115).

Transformando a escola e levando em consideração tudo isso, sem dúvidas alcançaremos a educação inclusiva e de qualidade, que, por vezes, parece ainda tão distante de nossa realidade, não se passando de um sonho, uma utopia. Sem dúvidas, esse é um trabalho cansativo, lento e que demanda paciência, afinal, estamos falando de transformação, o que não é possível da noite para o dia. Para isso, será necessário um longo período histórico, que será carregado de realizações, sucesso e por vezes de desânimo, imposições e dificuldades, mas que, como sempre, precisarão ser superadas e a caminhada precisa continuar, caminhada essa rumo a uma sociedade mais justa e igualitária. Somente assim teremos uma escola:

[...] em que todos os alunos se sentem respeitados e reconhecidos nas suas diferenças, ou melhor, são escolas que não são indiferentes às diferenças. Ao nos referirmos a essas escolas, estamos tratando de ambientes educacionais que se caracterizam por um ensino de qualidade, que não exclui, não categoriza os alunos em grupos arbitrariamente definidos por perfis de aproveitamento escolar e por avaliações padronizadas e que não admitem a dicotomia entre educação regular e especial. As escolas para todos são escolas inclusivas, em que todos os alunos estudam juntos, em salas de aula de ensino regular. Esses ambientes educativos desafiam as possibilidades de aprendizagem de todos os alunos e as estratégias de trabalho pedagógico são adequadas às habilidades e necessidades de todos (MANTOAN, 2000, p. 7-8).

Assim não teremos mais escolas que observam as diferenças de cor, crenças, limitações, dificuldades, sexualidade e demais diferenças sociais e culturais, mas, pelo contrário, um local de inclusão, de formação do ser e local de aprendizagem, formando com isso uma sociedade melhor, mais justa e com direitos iguais a todos.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Falar em inclusão, diante da atual sociedade, ainda é um grande desafio. Isso por que a sociedade no Brasil, no percorrer do processo histórico, internalizou a segregação e exclusão de pessoas que não são tidas como normais. Desta forma, diante do cenário educativo brasileiro atual, ainda existem barreiras que insistem em

separar os alunos com necessidades especiais das redes de ensino regular. Barreiras como, por exemplo, a estrutura física das instituições escolares e de todas as demais entidades públicas, como praças de lazer, bibliotecas públicas, entre outras, que não permitem a acessibilidade plena de toda a sociedade. Outra barreira que pode ser elencada, a qual pode ser considerada a mais comum e mais difícil, é o preconceito. E ainda, a falta de conhecimento dos direitos das pessoas com necessidade, por elas e por parte dos familiares.

Infelizmente, ainda não existe uma proposta ou modelo de educação inclusiva no Brasil ou no mundo, que tenha obtido sucesso total. Não se pode negar que existem vários estudos e pesquisas a respeito do assunto, mas o que ainda não é suficiente para a garantia plena de educação para todos, sem distinção. A necessidade de promover momentos de diálogo com toda a comunidade escolar, trabalhando o assunto na coletividade, pode ser uma forma de superar essas barreiras, visto que a inclusão é uma responsabilidade de toda a sociedade. Os sujeitos que vivem a exclusão precisam ser aceitos por todos. Nestes momentos de diálogo, os direitos de todos, inclusive dos deficientes e das pessoas com necessidades especiais, precisam ser divulgados e discutidos.

Em se tratando das escolas, de fato, elas não estão preparadas para uma inclusão plena de todos. Obviamente, o primeiro passo é a matrícula, o que já vem acontecendo. Mas para que a inclusão escolar aconteça de forma literal, ainda temos uma longa caminhada. Para isso, precisamos de políticas públicas concretas, práticas pedagógicas eficientes e novas formas de avaliar o processo de ensino e aprendizagem. Será necessário assessorar os docentes diante dos problemas vividos no cotidiano, e investir na formação acadêmica e continuada dos mesmos. Os profissionais da educação, bem como os pais, precisam conhecer o desenvolvimento humano frente ao processo ensino e aprendizagem. Os currículos devem ser revistos e reformulados levando em conta a singularidade de cada sujeito. As escolas devem se mostrar mais abertas aos novos profissionais do setor educacional que se ocupam com o desenvolvimento integral das crianças com habilidades reduzidas e necessidades especiais, como os psicopedagogos. Ou seja, é preciso uma verdadeira transformação da escola, de todo o sistema de ensino.

A inclusão escolar precisa ser encarada com responsabilidade. Precisa de

profissionais capacitados, professores em formação continuada. É de suma importância ainda, a implementação de profissionais da psicopedagogia para, de forma integrada, auxiliar os professores na atuação pedagógica. Afinal, não basta que os alunos estejam matriculados ou que frequentem a escola. É necessário que seja garantido aos alunos com necessidades especiais, e também a todos os outros, o seu desenvolvimento pleno, a participação efetiva na vida escolar e social. O processo educativo e de aprendizado precisa assumir a sua essência, que é a aprendizagem por meio da interação do sujeito com os outros. Enfim, a escola precisa estar preparada para receber a todos, e educar a todos, não somente aos que são “normais” aos olhos da sociedade.

Portanto, é fundamental que se tenha mudanças para que a inclusão aconteça de fato. Isto demanda envolvimento e esforço de todas as pessoas, de toda a sociedade. Pois, somente assim possibilitaremos à escola ser vista e entendida como um local de inclusão, um ambiente de construção e compartilhamento de conhecimento, em que a discriminação não é vista. Precisamos entender que a inclusão escolar é o caminho para a inclusão social.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1998.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. 2. ed. Brasília: MEC; SEESP, maio 2002.

CARDOSO, M. **Aspectos históricos da educação especial: da exclusão à inclusão – uma longa caminhada**. In: MOSQUERA, J.; STOBAÜS, C. (orgs.). **Educação especial: em direção à educação inclusiva**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

CARVALHO, R. E. **A nova LDB e a educação especial**. Rio de Janeiro: WVAA, 2004.

CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

CHALITA, Gabriel. **Educação – A solução está no afeto**. São Paulo: Editora Gente, 2001.

CORRÊA, Maria Angela Monteiro. **Educação Especial**. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2010.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA E LINHA DE AÇÃO SOBRE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS. Brasília: Corde, 1994.

DEMO, Pedro. **Aposto no professor**. Porto Alegre: Meditação, 2006.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. Porto Alegre: Meditação, 2001.

INCLUSÃO – REVISTA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL. Secretaria da Educação Especial, out. 2005; jan./jul. 2010.

INDAGAÇÕES SOBRE CURRÍCULO. **Currículo, conhecimento e cultura**. Ministério da Educação, 2008.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna.

MANTOAN, M. T. E. **Compreendendo a deficiência mental: novos caminhos educacionais**. São Paulo: Scipione, 1988.

MARX, K., **Dezoito Brumário de Louis Bonaparte**, 1852.

MAZZOTTA, M. J. S. **Liberando a mente**. Campinas. Raboni, 1982.

MENDES, E.G. **Desafios atuais na formação do professor de educação especial**. In: MEC, Secretaria de Educação Especial. Revista Integração. Brasília:

MEC, no. 24, p. 12-17, 2002 b.

MENDES, E.G. **Perspectivas para a construção da escola inclusiva no Brasil**. In: PALHARES, M. & MARINS, S. (orgs.) Escola Inclusiva. São Carlos: EdUFSCar, p. 61-85, 2002 a.

MENDES, E. G. **Raízes históricas da educação inclusiva**. Seminários Avançados sobre Educação Inclusiva, ago. 2001, Marília, **Anais...** Marília: UNESP.

MENDES, Rodrigo Hubner. **O pleonasmo da Educação Inclusiva**, 2012.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: Contextos Sociais**. São Paulo: Artmed, 2003.

PAN, M. A. G. S. **O direito à diferença: uma reflexão sobre deficiência intelectual e educação inclusiva**. Curitiba: IBPEX, 2008.

\_\_\_\_\_, M. J. S. Educação **Especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo, Cortez. 1996.